

TEORIA CRÍTICA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: REPENSANDO A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

TAMIRIS PENICHE*

MARIA CECILIA JARDIM BARROS**

Resumo: *Este artigo investiga como a Teoria Crítica pode contribuir para um uso consciente da Inteligência Artificial (IA) na organização do conhecimento, com ênfase na representação da mulher e nos estereótipos de gênero. Adota-se uma abordagem teórico-crítica e revisão bibliográfica a partir de buscas nas bases BRAPCI e LISA, utilizando os descritores «gênero» e «organização do conhecimento». Foram inicialmente encontrados 80 documentos, dos quais 8 foram considerados relevantes. Os resultados revelam que instrumentos de organização do conhecimento apresentam limitações conceituais que perpetuam vieses de gênero. Como a IA se baseia em dados estruturados por esses instrumentos, acaba reproduzindo tais estereótipos de forma automatizada. Conclui-se que a Teoria Crítica oferece fundamentos importantes para questionar as epistemologias que sustentam esses sistemas e promover práticas informacionais mais inclusivas e justas.*

Palavras-chave: Teoria Crítica; Inteligência Artificial; Organização do Conhecimento; Gênero.

Abstract: *This article explores how Critical Theory can contribute to the conscious use of Artificial Intelligence (AI) in knowledge organization, with an emphasis on the representation of women and gender stereotypes. A theoretical-critical approach and bibliographic review were applied, based on searches in the BRAPCI and LISA databases using the descriptors «gender» and «knowledge organization». Initially, 80 documents were retrieved, of which 8 were considered relevant. The results show that knowledge organization instruments contain conceptual limitations that reproduce gender bias. Since AI systems rely on structured data from these instruments, they tend to replicate such stereotypes in automated ways. The study concludes that Critical Theory provides essential tools to challenge the epistemologies that underpin these systems and to foster more inclusive and equitable informational practices.*

Keywords: Critical Theory; Artificial Intelligence; Knowledge Organization; Gender.

* Doutoranda em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT-UFRJ). Email: tamiris.peniche@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-9623-0397>.

** Doutoranda em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT-UFRJ). Email: cecilia.barrosufrj@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-1631-3156>.

INTRODUÇÃO

Kilomba em seu livro *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano* explica como a língua, por mais poética que possa ser, não deixa de ter uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência. Para a autora, cada palavra usada define o lugar de uma identidade e, «através das suas terminologias, a língua informa constantemente de quem é *normal* e de quem é que pode representar a verdadeira condição humana» (2019 [2008], p. 14, grifos da autora). A linguagem é uma norma aceita e concebida sem muitos questionamentos, afinal, as regras gramaticais e lexicais são tão antigas quanto o passado colonial que marca toda a História, porém, como bem observado pela autora, exerce sua influência nas relações de poder e de conhecimento, engessando concepções coloniais e patriarcais muitas vezes mais proeminentes em alguns idiomas e traduções do que em outros.

Se o conhecimento não pode ser recolhido e representado por si só, são precisos mecanismos que o representem por meio de «unidades de conhecimento» (Dahlberg 1993, tradução nossa), então é necessário lembrar que qualquer tecnologia desenvolvida para gerir e representar tais unidades de conhecimento, sendo elas traduzidas para uma linguagem de representação de conceitos, trará consigo vieses de uma realidade que perpetua preconceitos nas relações sociais, ou seja, não é possível utilizar tecnologias, sejam elas mais tradicionais como ferramentas de classificação ou mais atuais como aquelas desenvolvidas a partir da inteligência artificial, sem lançar um olhar reflexivo e crítico sobre como a realidade será representada. Realidade de quem? Conceitos construídos a partir de quais concepções, afinal? Como aponta Carlan (2010), sistemas que organizam informação e conhecimento serão uma abstração da realidade, uma construção de modelos do mundo real estruturados a partir de um consenso socialmente construído e dependente da linguagem. Esse contexto lança luz a uma questão já evidenciada nos estudos relacionados a organização da informação e conhecimento (Simões, Bravo e Pestana 2018; Ribeiro, Decourt e Almeida 2017; Romeiro e Silveira 2023) onde são expostos dados sobre como os instrumentos utilizados — tais quais linguagens documentárias, tesouros e vocabulários controlados — podem apresentar tendenciosidades de gênero, porém nesse artigo buscamos falar sobre a inteligência artificial e como os estereótipos femininos se perpetuam nos ambientes digitais.

Inteligência Artificial (IA) se concentra principalmente na compreensão e execução de tarefas inteligentes, como raciocínio, aprendizado de novas habilidades e adoção de novas situações e problemas. Sua abordagem também combina a Ciência da Computação com a Psicologia e a Filosofia, o que contribui para uma variedade de campos dentro da IA como o Aprendizado de Máquina (*machine learning*) e o Processamento de Linguagem Natural (PLN). Devido à abrangência de sua capacidade, a IA tem sido utilizada no processamento de fluxos informacionais e no uso

intensivo da informação e a forma como são acessadas, organizadas e armazenadas. A International Federation of Library Association and Institutions (IFLA), inclusive, em 2020 promoveu uma declaração chamada *IFLA Statement on Libraries and Artificial Intelligence*, reconhecendo a necessidade de incorporar tais tecnologias nas bibliotecas para a aprendizagem automática no trabalho quotidiano, salientando como a IA se tornou um elemento central na organização da informação e na mediação do conhecimento. Há que se destacar que vivemos uma época totalmente influenciada pelo famoso fenômeno do *Big Data*, a grande massa de dados humanos e tecnológicos que apresenta volume, variedade de fontes, velocidade e complexidade que juntos desafiam cada vez mais a capacidade humana de estruturação e processamento desses dados, o que, mais uma vez, coloca a IA como «a grande solucionadora» dos desafios atuais na organização de metadados, dados, informações e conhecimento.

Nessa conjuntura nasce a premissa de que a IA — uma tecnologia desenvolvida a partir de abstrações da realidade e na construção de conceitos desencadeada por padrões de *machine learning* — não é neutra e que seu desenvolvimento está imerso em contextos históricos, políticos e ideológicos que moldam suas aplicações e consequências sociais. Portanto, este estudo tem como objetivo investigar de que maneira a Teoria Crítica pode contribuir para um uso consciente da IA em relação ao conceito de mulher, considerando os estereótipos de gênero historicamente construídos e reproduzidos pelas tecnologias no âmbito da organização da informação do conhecimento. Pretende-se discutir criticamente os modos como a IA, quando não submetida a escrutínios epistemológicos, pode reforçar desigualdades sociais e representações opressivas, especialmente no tocante à identidade feminina.

O objetivo geral supracitado desdobra-se em dois objetivos específicos que conduziram a pesquisa de caráter teórico-crítico: i) apresentar uma análise da IA sob a ótica da Teoria Crítica, articulando a temática principalmente com autoras como Nancy Fraser e Grada Kilomba, feministas contemporâneas que falam sobre a desnaturalização dos sistemas técnicos e sociais, ao passo que conta com as contribuições de Shoshana Zuboff, Safiya Noble e Nina da Hora para o desenvolvimento de temáticas mais específicas como o capitalismo de vigilância e algoritmos sexistas; e ii) uma revisão da literatura desenvolvida para situar os estudos relacionados aos estereótipos do gênero feminino no âmbito da organização do conhecimento. Desta forma, foi possível propor uma articulação das temáticas que evidencia as contribuições da Teoria Crítica para um uso consciente da IA no que tange a estereótipos femininos reproduzidos pelas tecnologias, ao passo que propõe uma discussão profunda sobre a necessidade do olhar crítico e reflexivo em uma era onde organizar informação e conhecimento não mais se limita às bibliotecas e seus sistemas de representação descritiva e temática, mas abrange toda uma sociedade que gira em torno da informação.

TEORIA CRÍTICA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Como abordagem de observação e crítica às estruturas sociais, a Teoria Crítica é fruto da escola de Frankfurt no século XX e busca emancipação humana e justiça social. É considerada uma abordagem dialética e denuncia a racionalidade instrumental, ou seja, a redução da razão a um meio técnico em busca da eficácia, mas sem espaço para questionamentos sobre a reflexão e a ética nos meios para atingir os fins. Adorno e Horkheimer (2005) tratam a racionalidade instrumental como um dos principais elementos presentes no sistema capitalista, o que faz com que as inovações técnicas possam ser consideradas fruto desse elemento. Portanto, a Teoria Crítica oferece ferramentas para questionar diretamente a natureza do conhecimento que está em produção, a partir do momento em que não se tem espaço para problematizar as práticas adotadas para inovações técnicas na atualidade, as quais são pautadas no uso de dados e informações disponibilizados por usuários da internet.

Essa conjuntura alimenta o uso da IA sem que haja reflexão e crítica, isso se agrava pela crença de que as grandes empresas de tecnologia da informação e telecomunicações, como a Google, são neutras e despretensiosas ao oferecer seus serviços de acesso à informação e, assim, usuários aprendem a ver os resultados das buscas como mero reflexo da nossa sociedade (Noble 2021). Outra questão que se observa é o uso constante da IA como principal ferramenta de gestão dos fluxos de dados que muitos de nós, usuários da internet, entregamos para as grandes empresas detentoras de serviços como os aplicativos de Sistema de Posicionamento Global (GPS), *e-mails*, redes sociais digitais, assistentes virtuais e inteligência artificial generativa (ChatGPT). Todavia, essa gestão feita por IA passa a ter características desconhecidas que ceifam a possibilidade de reflexão e questionamento sobre a gestão do *Big Data*. Esse obscurantismo na forma como os dados são tratados e usados é também alimentado pelas controvérsias existentes no processo de aceite de um serviço na rede, onde muitas vezes as informações do usuário podem estar resguardadas pelo termo de uso quando do cadastramento do serviço, entretanto essa aplicação não tem valia no contexto da privacidade dos dados, isso porque, às vezes, o aceite dos termos de uso de uma organização, por mais que se dê localmente, mediado por computador ou *smartphone* e *tablet*, não chega a ser amparado por nenhuma representação em território nacional dessa organização potencialmente estrangeira (Dias e Vieira 2013 *apud* Santos, Camilo e Mello 2018).

São dinâmicas que salientam a importância da postura crítica para compreender as relações entre informação, poder e subjetividade. Noble (2021) indica que, no uso cotidiano da tecnologia, a discriminação está embutida no código de programação e, cada vez mais, nas tecnologias de inteligência artificial das quais dependemos e a possibilidade de mitigar tais vieses não é tão simples. Como coloca Hora (2022), fazer alterações em algoritmos para que se consiga ter um uso mais justo implica

mudar códigos grandes e complexos, ou seja, precisa de mão de obra qualificada, dinheiro, investimento, pesquisa, ao passo que muitas vezes as desigualdades entre grupos minoritários alimentam um *gap* de oportunidades, fazendo com que empresas de tecnologia e inovação tenham em sua equipe uma baixa diversidade de pessoas, o que favorece a marginalização e opressão de grupos que já sofrem estígmas sociais.

Algoritmos e padrões de treinamento para inteligência artificial são desenvolvidos muitas vezes por equipes majoritariamente masculinas, o que traz à luz o que Fraser (2002) coloca sobre a necessidade de não só reconhecer que mulheres não ocupam lugares de privilégio, mas que também há necessidade de criar uma estrutura que as receba sem lucrar com isso, sem ser tendenciosa. Para a autora os movimentos feministas ganharam uma nova roupagem no contexto neoliberal, onde as críticas ao sistema capitalista abriram margem para novas formas de desigualdade e exploração, isso porque sem a presença de uma abordagem que considere a crítica em prol da emancipação feminina teremos apenas um punhado de mulheres sendo inseridas em hierarquias que, na verdade, deveriam ser questionadas e confrontadas.

O lugar de cuidado que muitas mulheres ocupam em suas famílias, onde crianças, idosos e pessoas especiais têm suas necessidades supridas graças à entrega e mão de obra feminina, ceifa inúmeras possibilidades de crescimento pessoal e profissional dessas mulheres, em comparação à mão de obra masculina que normalmente é associada ao trabalho remunerado. Segundo a OXFAM internacional (Organização Global contra as Desigualdades 2023), mulheres são responsáveis por mais de 75% do trabalho não remunerado, trabalho de extrema importância para a manutenção da sociedade. Para Fraser (2000), enquanto o trabalho produtivo for associado aos homens e o reprodutivo às mulheres, ainda demandaremos uma abordagem crítica e reflexiva sobre como a sociedade tem se estruturado, sendo que a sociedade em rede não apenas reorganiza o espaço-tempo da interação humana, como também redefine os processos de construção da identidade (Castells 1999). Nesse contexto, essas concepções ganham força e a mulher, já historicamente representada de forma estereotipada pela mídia e pela cultura de massa, é reconfigurada nos ambientes digitais de acordo com os padrões algorítmicos.

Zuboff (2020) reforça como os estereótipos podem passar despercebidos, enquanto salienta as implicações que as ferramentas de seleção de informações gerenciadas sem transparências têm. A autora aponta que os dados são um insumo de extremo valor para as empresas de tecnologia, usados para mapear comportamentos de usuários da internet, a fim de melhorar algoritmos através de informações que entregamos ao realizar buscas, aceitar *cookies* e permitir monitoramentos de atividades em nossos celulares. Na era do capitalismo de vigilância — conceito cunhado pela autora para definir as práticas de coleta e mercantilização que empresas de tecnologias fazem dos dados pessoais de seus usuários — as informações que alimentam as inteligências artificiais são fruto

da atividade humana, sofrem vieses e contêm concepções construídas socialmente e extraídas de forma totalmente assimétrica, o que caracteriza uma nova forma de acumulação capitalista, ou seja, usuários tornam-se produto de exploração para que grandes corporações tecnológicas consolidem poder sem precedentes sobre a vida cotidiana.

Existe uma necessidade de trazer ao debate público as implicações da IA no cotidiano das pessoas, principalmente grupos que já sofrem com estigmas sociais. As empresas que desenvolvem a IA aplicada em redes sociais digitais e outros produtos utilizados no cotidiano usam uma ferramenta por trás de suas ações que convenientemente abre margem para posturas sexistas e discriminatórias no desenvolvimento de códigos de programação: não se sabe o que influencia o *design* privado de algoritmos. Logo, não se pode confiar na neutralidade da internet, pois depende da interação social digital (Hora 2022). Existe a crença de que dados não são questionáveis, porém a impressão que temos, mediante diversos escândalos já denunciados — como o da Cambridge Analytica¹, como casos de reconhecimento facial errado que ocasionaram prisões injustas² e casos como o de discriminação de gênero cometido nos processos de contratação de mulheres através do uso de IA realizados pela Amazon em 2014 (Borges e Filó 2011) —, é que essas grandes corporações de tecnologia estão mais interessadas em esperar acontecer situações como essas para então corrigir, ao invés de evitá-las. Esse tipo de postura, se não for objeto de reflexão crítica, reforça a naturalização de desigualdades simbólicas, afinal, quais valores são priorizados em tais sistemas automatizados de decisão?

METODOLOGIA DA PESQUISA

A proposta de pesquisa foi estruturada a partir de uma primeira busca exploratória com o uso de operadores booleanos, combinando os termos «gênero», «teoria crítica» e «organização do conhecimento» nas bases BRAPCI e LISA. A busca na BRAPCI retornou 6 resultados; no entanto, nenhum deles continha explicitamente o termo «organização do conhecimento» no título, resumo ou palavras-chave, apesar de ser um dos critérios da busca. Já na base LISA, foi identificado apenas 1 resultado. Após a leitura dos títulos e resumos, todos os documentos foram considerados não relevantes para os objetivos específicos desta pesquisa, por não abordarem diretamente a relação entre os conceitos pesquisados, por apresentarem abordagens tangenciais ao foco do estudo ou especialmente por não abordarem a temática da inteligência artificial, temática cerne deste estudo. Tal conjuntura motivou a proposta atual, a qual buscou promover a articulação dos quatro temas que guiam o objetivo (inteligência

¹ Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/03/20/tecnologia/noticia/ca-a-empresa-que-manipula-a-democracia-a-escala-global-1807409>.

² Disponível em: <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2024/02/15/inteligencia-artificial-mulheres-negras-sofrem-mais-erros-em-abordagens-de-reconhecimento-facial-do-que-brancos.ghtml>.

artificial, teoria crítica, organização do conhecimento e desigualdade de gênero) a fim de contribuir com uma nova perspectiva.

A metodologia adotada para essa pesquisa foi a revisão de literatura, segundo Gil (2002) é uma pesquisa de caráter exploratório e permite analisar diversas posições acerca de um problema, tudo depende do objetivo que guia sua realização. Para fins do presente estudo, a revisão foi feita em busca de situar os estudos relacionados aos estereótipos do gênero feminino no âmbito da organização da informação e do conhecimento. A coleta de dados foi realizada em duas bases de dados especializadas na área de Ciência da Informação e Biblioteconomia: a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI) e a Library and Information Science Abstracts (LISA). A escolha dessas bases justifica-se por sua relevância e abrangência no campo temático da pesquisa, além de sua capacidade de indexar produções consolidadas, revisadas por pares e alinhadas às práticas da área.

Utilizaram-se os descritores «organização do conhecimento» e «gênero», em português e em inglês, de forma combinada nas duas bases. A busca resultou inicialmente em 80 documentos. Em seguida, procedeu-se à leitura dos resumos com o intuito de verificar a pertinência temática em relação aos objetivos da pesquisa, o que permitiu a seleção de 16 textos considerados úteis para discussão. Após nova triagem, que considerou a relevância científica das publicações, foram selecionados 8 artigos publicados em periódicos científicos revisados por pares.

A opção por priorizar documentos oriundos de periódicos justifica-se pelo reconhecimento de que esses veículos são canais privilegiados de disseminação de pesquisas consolidadas, validadas por avaliação por pares e com maior impacto acadêmico. A filtragem final visou assegurar consistência metodológica, rigor teórico e adequação temática ao escopo da investigação proposta. Por fim a amostra selecionada configurou-se da seguinte forma:

Tabela 1. Textos selecionados para composição da amostra

BRAPCI			LISA		
Título	Autores	Ano	Título	Autores	Ano
Ética em Organização do Conhecimento: Categorização de Termos Fronteiriços em Relação a Gênero e Sexualidade	Fabio Assis Pinho, Suellen Oliveira Milani	2020	<i>Cultural Dimension of Femininity: Masculinity in Virtual Organizing Knowledge Sharing</i>	Anna Karczewska, Katarzyna Kukowska	2021
Organização do Conhecimento e Estudos de Gênero na Ciência da Informação Brasileira	Luciane Paula Vital, Fabio Assis Pinho, Mariana Holub Slomp	2025	<i>Information and Code Biases: Social Differentiation, Intersectionality and Decoloniality in Knowledge Organization Systems</i>	Maria Aparecida Moura	2024

(continua na página seguinte)

BRAPCI			LISA		
Título	Autores	Ano	Título	Autores	Ano
A Representação do Domínio «Gênero» no Âmbito das Linguagens Documentárias: um Mapeamento Conceitual em Instrumentos Terminológicos	Ana Rosa Pais Ribeiro, Beatriz Decourt, Tatiana de Almeida	2017	<i>Knowledge Organization Systems Classifying Crimes of Violence Against Women, Homicide of Women and Feminicide: A Proposal</i>	Rochelle Martins Alvorcem, Gercina Ângela de Lima, Maria Cristina Vieira de Freitas	2024
Aspectos Machistas na Organização do Conhecimento: a Representação da Mulher em Instrumentos Documentários	Brisa Pozzi de Sousa, Vinicius de Souza Tolentino	2017	<i>Knowledge Sharing and Dynamic Capabilities: Does Gender Matter?</i>	Elżbieta Karwowska, Wioleta Kucharska	2024

Fonte: Elaborado pelas autoras

A amostra explicita na tabela anterior foi utilizada para articular uma perspectiva sobre os estudos de gênero dentro da organização do conhecimento, lançando um olhar reflexivo e crítico a partir do recorte teórico da pesquisa.

ARTICULAÇÃO DE TEMÁTICAS

A necessidade do olhar reflexivo e crítico quando adotamos IA nos contextos de organização da informação e conhecimento é válida para toda iniciativa que busca gestão de metadados, dados, informações e conhecimento, considerando tanto os ambientes digitais, intangíveis, quanto bibliotecas e arquivos com seus acervos físicos.

A organização do conhecimento é um espaço de disputas discursivas, políticas e epistemológicas. Como demonstram Souza e Saldanha (2017), o campo da Ciência da Informação, particularmente nos estudos sobre organização do conhecimento, tem sido tensionado por debates contemporâneos sobre gênero e diversidade. A intensificação desses debates reflete a ampliação da consciência crítica frente à historicidade das ferramentas classificatórias, revelando que sistemas de organização do conhecimento não são neutros, mas sim atravessados por construções sociais e culturais que se reproduzem nas práticas informacionais (Souza e Saldanha 2017).

Nesse contexto, torna-se urgente incorporar reflexões sobre como os instrumentos técnicos, desde vocabulários controlados até algoritmos de inteligência artificial, podem atuar como reprodutores simbólicos de desigualdades. A iniciativa de produzir o *Dossiê Organização do Conhecimento & Gênero*, dos autores Rosali Souza e Gustavo Saldanha (2017), nasce de uma prática reflexiva que reconhece que a linguagem da organização não apenas descreve o mundo, mas também o constitui, especialmente no que diz respeito às relações de poder entre os gêneros.

Essa percepção dialoga diretamente com a crítica de Kilomba (2019 [2008]), ao afirmar que a linguagem é um dispositivo de ordenamento social que define quem é reconhecido como sujeito pleno. Ao ser transferida para os sistemas de classificação baseados em IA, essa linguagem carrega e potencializa os mesmos mecanismos de opressão, agora mediados por camadas técnicas aparentemente neutras.

Dessa forma, o presente estudo parte do entendimento de que discutir gênero e representação da mulher na IA exige mais do que ajustar parâmetros técnicos, requer uma análise crítica das epistemologias que moldam os próprios sistemas. Como afirmam Souza e Saldanha (2017), é preciso reconhecer que os sistemas de organização do conhecimento não são observadores neutros, mas «máquinas de produção e de reprodução de tensões que habitam a fronteira nebulosa entre a barbárie e a luta pela justiça social» (Souza e Saldanha, p. 10).

A investigação da representação do conceito de mulher em ambientes digitais mediados por sistemas inteligentes precisa considerar, conforme aponta Kilomba (2019 [2008]), o papel político da linguagem na fixação de identidades e na reprodução de desigualdades. Essa crítica se mostra essencial quando analisamos os instrumentos terminológicos e classificatórios utilizados na organização do conhecimento (OC), que funcionam como mediadores simbólicos da realidade. Os estudos de Ribeiro, Decourt e Almeida (2017) evidenciam que, mesmo em instrumentos consolidados como o Tesauro para Estudos de Gênero (TEG), o DeCS e a própria CDU, há limitações importantes na representação de conceitos relacionados ao gênero, resultado de construções históricas marcadas por normatividades patriarcas.

A pesquisa revela que os sistemas de organização não apenas operam a partir de categorias, mas consolidam determinadas visões de mundo, muitas vezes excludentes. A própria escolha dos termos e suas relações semânticas refletem estruturas sociais dominantes. Isso é especialmente relevante no contexto da IA, cujos algoritmos se alimentam de dados estruturados com base nesses sistemas, replicando os vieses ali contidos. Como afirmam Pinho e Milani (2020), os vocabulários documentários, ao negligenciar os chamados «termos fronteiriços» relacionados a gênero e sexualidade, comprometem a diversidade informacional e evidenciam problemas éticos que transcendem questões técnicas, colocando em risco a representação adequada de sujeitos historicamente marginalizados.

Os autores destacam a importância de valores como a garantia cultural, diversidade informacional e precisão como princípios éticos que devem orientar a construção de sistemas classificatórios e terminológicos. No contexto da IA, essa reflexão ganha contornos ainda mais urgentes, uma vez que algoritmos são apresentados como neutros e objetivos, mas operam a partir de estruturas linguísticas que não foram pensadas para contemplar a pluralidade identitária.

Complementarmente, o estudo de Vital, Pinho e Slomp (2025) apresenta um panorama das pesquisas brasileiras em Ciência da Informação que tratam da relação entre organização do conhecimento e gênero. Os autores apontam que, apesar dos avanços, a produção ainda é incipiente e carente de abordagens metodológicas que articulem de forma mais efetiva as dimensões epistemológica, aplicada e política da OC. Essa constatação reforça a urgência de se pensar criticamente como os estereótipos femininos são mantidos e reproduzidos nos sistemas informacionais não apenas por omissão, mas também por uma lógica estrutural de representação excludente.

A crítica à neutralidade dos instrumentos documentários, já amplamente discutida na literatura, encontra sustentação empírica nos estudos de Sousa e Tolentino (2017), que investigam três ferramentas amplamente utilizadas em bibliotecas: o Tesauro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres (TEG), o Tesauro Jurídico do STJ e o Código de Catalogação Anglo-American (AACR2r). A análise revelou não apenas a ausência ou insuficiência de termos que representem adequadamente a diversidade de experiências das mulheres, mas também estruturas hierárquicas e semânticas que reforçam relações de subordinação. Por exemplo, termos ligados à mulher são frequentemente subordinados a conceitos masculinos ou aparecem de forma genérica e descontextualizada, o que reflete um viés estrutural e patriarcal no cerne desses instrumentos.

Além disso, o estudo de Vital (2023) analisa palavras-chave utilizadas em artigos da *Revista Estudos Feministas* e suas correspondências em dois tesauros, o brasileiro TEG e o mexicano *Tesauro de Género: Lenguaje con Equidad*. Os resultados evidenciam uma incompatibilidade significativa entre os termos utilizados pela produção científica mais recente e os termos existentes nos SOC analisados. Expressões como «feminismos subalternos» e «migrações feministas», que emergem da crítica contemporânea ao feminismo hegemônico, estão ausentes nos tesauros, o que compromete a visibilidade e a recuperação adequada desses conceitos.

Ambos os estudos apontam para a urgência de atualização dos SOC não apenas como uma tarefa técnica, mas também como um movimento político-epistemológico que requer a incorporação de múltiplas vozes, experiências e saberes, especialmente aqueles historicamente marginalizados. Essa tarefa torna-se ainda mais sensível quando consideramos que os dados estruturados por esses sistemas alimentam algoritmos de IA, que passam a reproduzir automaticamente as representações enviesadas neles contidas.

Não somente os estudos que traçam análises sobre instrumentos de organização da informação e do conhecimento reconhecem que as desigualdades de gênero existem e muitas vezes são reforçadas, mas também em ambientes de produção e reprodução de conhecimento a ser compartilhado e institucionalizado, os vieses de gênero são percebidos. Karczewska e Kukowska (2021) apontam que

comunidades virtuais de compartilhamento de conhecimento como a Wikipédia apresentam um «*gender gap*», o que desmotiva as contribuições femininas, pois o reconhecimento é desigual e o ambiente é competitivo e orientado para tarefas, características mais comuns em ambientes de cultura masculina. Apenas 10% de editores da Wikipédia são mulheres, sendo que as políticas de compartilhamento de conteúdo da comunidade não são favoráveis às culturas femininas se analisadas sob a luz da teoria Hofstede³. Isso reforça a crítica de Benjamin (2019) sobre a ciência e tecnologia não serem neutras e, mesmo com boas intenções em inovação e partilha, ainda sim é possível reforçar estruturas de exclusão e discriminação, o que a autora chama de injustiça inovadora. São forças que atuam como uma mão invisível, reforçando papéis e minando possibilidades, um exemplo dessa afirmação é o texto de Karwowska e Kucharska (2024), que aponta que mulheres são menos propensas a apoiar mudanças organizacionais ao alcançar cargos de liderança exactamente por buscarem segurança após esforço para alcançar esses cargos ou até mesmo por menor autoconfiança.

Os exemplos reforçam a ideia de que a representação da mulher na organização do conhecimento não é apenas uma questão terminológica, mas também ontológica e política. A IA, ao ser treinada com dados organizados por sistemas permeados por lógicas excludentes, amplifica os efeitos dessas exclusões. Isso exige que a Ciência da Informação, especialmente no campo da OC, atue com criticidade, responsabilidade e compromisso com a justiça epistêmica. É somente por meio de uma revisão ética, técnica e política dos instrumentos de organização que será possível construir sistemas, tradicionais ou inteligentes, capazes de representar com dignidade e fidelidade a complexidade da experiência humana.

Do ponto de vista da Teoria Crítica, a análise do desenvolvimento da sociedade e o exame das alternativas históricas são feitos buscando promover melhorias na qualidade de vida, no sentido de minimizar a luta pela existência e aperfeiçoar os recursos materiais e intelectuais disponíveis (Monteiro 2024). Benjamin (2019) reforça esse ponto de vista ao dizer que a tecnologia e ciência deveriam ser instrumentos de justiça social e igualdade, ao invés de também reproduzirem opressões, ou seja, propor alternativas que considerem as desigualdades que impactam a sociedade de forma a beneficiar todos. Um exemplo de como a postura crítica e a revisão ética dentro do âmbito da organização do conhecimento podem trazer contribuições inovadoras é a análise de Alvorcem, Lima e Freitas (2024), que olham a questão da desigualdade

³ A teoria de Hofstede sobre as dimensões culturais foca como as sociedades apresentam diferenças culturais, a partir de uma análise sobre seus valores nos contextos organizacionais e de negócio, sendo que uma de suas vertentes é a dimensão cultural da feminilidade-masculinidade (MAS). Nessa dimensão analisa-se a divisão de papéis de gênero, onde culturas mais masculinas apresentam determinadas características diferentes de culturas mais femininas (Karczewska e Kukowska 2021).

de gênero a partir da classificação de crimes de violência contra a mulher e focam feminicídios cometidos no Brasil. As autoras propõem um método de classificação para classificar e registrar crimes de violência contra a mulher, utilizando sistemas de organização do conhecimento e ontologias, com o objetivo de reduzir erros, melhorar estatísticas e apoiar políticas públicas mais efetivas. É necessário mitigar a falta de padronização e as opções limitadas nos formulários oficiais que podem dificultar a correta classificação dos crimes.

A busca, afinal, por um padrão universal sem considerar a estratificação social acaba por reproduzir valores eurocêntricos, patriarciais e coloniais. Moura (2024) chama a atenção para a ilusão dessa universalidade, ao passo que salienta o epistemocídio contido nos sistemas de organização do conhecimento, sendo urgentes processos de decolonialidade, ou seja, práticas para descolonizar os sistemas de conhecimento, reconhecendo e valorizando epistemologias e experiências não hegemônicas. Para a autora, o uso crescente de IA e automação nesses sistemas podem potencializar vieses já existentes, se não houver vigilância ética e crítica, de fato, Marcuse (2001, p. 53) complementa esse pensamento ao dizer que a tecnologia é como um modo de produção que dispõe de uma totalidade de instrumentos, dispositivos e invenções que caracterizam a era da máquina, ao passo que se configura como uma forma de organizar e perpetuar (ou modificar) as relações sociais, ou seja, uma manifestação do pensamento e dos padrões de comportamento dominantes, um instrumento de controle e dominação. Isso salienta como as lutas femininas viram refém dessa realidade quando Fraser (2002) denuncia que o feminismo atual só beneficia mulheres instruídas e de classe média, pois a ausência de mudanças estruturais na sociedade faz com que essas mulheres transfiram seu próprio trabalho de cuidado e doméstico para trabalhadoras precárias e de baixa renda, tipicamente mulheres racializadas.

Assim, a articulação entre os estudos, ora mencionados nesta seção, permite evidenciar que a questão da representação da mulher nos sistemas de organização do conhecimento não pode ser dissociada de um debate ético e político mais amplo sobre linguagem, poder e identidade. A IA, enquanto tecnologia baseada na modelagem da linguagem e na predição de padrões, amplifica os efeitos dessas representações, tornando ainda mais urgente a adoção de perspectivas críticas que desafiem a lógica hegemônica dos sistemas classificatórios.

Ao adotar a Teoria Crítica como referencial, esta pesquisa se propõe a tensionar as naturalizações que perpassam a construção e uso de tecnologias informacionais, sobretudo na organização de dados e conceitos sobre gênero. Como os estudos analisados demonstram, não basta atualizar os vocabulários com novos termos, é necessário repensar as epistemologias que sustentam essas estruturas, abrindo espaço para uma representação verdadeiramente plural, inclusiva e emancipatória.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T., e M. HORKHEIMER, 2005. *O conceito de Iluminismo*. São Paulo: Nova Cultural.
- ALVORCEM, R. M., G. A. LIMA, e M. C. V. FREITAS, 2024. Knowledge organization systems classifying crimes of violence against women, homicide of women and feminicide: a proposal. *Knowledge Organization*. 51(8), 667-685.
- BENJAMIN, R., 2019. *Race after technology: abolitionist tools for the new Jim Code*. [S.I.]: Polity Press.
- BORGES, G. S., e M. C. S. FILÓ, 2011. Inteligência artificial, gênero e direitos humanos: o caso Amazon. *Justiça do direito*. 35(3), 218-245.
- CARLAN, E., 2010. *Sistemas de organização do conhecimento: uma reflexão no contexto da Ciência da Informação*. Dissertação de mestrado em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília.
- CASTELLS, M., 1999. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra.
- DAHLBERG, I., 1993. Knowledge organization: its scopes and possibilities. *Knowledge Organization*. 20(4), 211-222.
- FRASER, N., 2002. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 63, 7-20.
- FRASER, N., 2000. ¿De la redistribución al reconocimiento? Dilemas de la justicia en la era «postsocialista». *New Left Review*. (0), 126-155.
- GIL, A. C., 2002. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- HORA, N., 2022. *Aula magna ao Programa de Pós-Graduação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia* [Em linha] [consult. 2025-07-05]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E-v2UJX8A8o&t=53s>.
- INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS, 2020. *IFLA statement on libraries and artificial intelligence* [Em linha] [consult. 2025-07-07]. Disponível em: <https://repository.ifla.org/handle/20.500.14598/1646>.
- KARCZEWSKA, A., e K. KUKOWSKA, 2021. Cultural dimension of femininity: masculinity in virtual organizing knowledge sharing. Em: *Proceedings of the 22nd European Conference on Knowledge Management, 2-3 September 2021, Coventry, United Kingdom*. Reading: ACPI, pp. 414-422.
- KARWOWSKA, E., e W. KUCHARSKA, 2024. Knowledge sharing and dynamic capabilities: does gender matter? Em: *Proceedings of the 25th European Conference on Knowledge Management, 5-6 September 2024, University of Pannonia, Veszprém, Hungary*. Reino Unido: ACI, pp. 361-368.
- KILOMBA, G., 2019 [2008]. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó.
- MARCUSE, H., 2001. *Towards a critical theory of society*. Ed. D. KELLNER. Nova Iorque: Routledge. Collected papers of Herbert Marcuse, 2.
- MONTEIRO, A., 2024. Técnica e tecnologia em Herbert Marcuse: entre dominação e emancipação. *Revista Tópicos*. 2(14).
- MOURA, M. A., 2024. Information and code biases: social differentiation, intersectionality and decoloniality in knowledge organization systems. *Knowledge Organization*. 51(7), 514-520.
- NOBLE, S. U., 2021. *Algoritmos da opressão: como o Google fomenta e lucra com o racismo*. Santo André: Editora Rua do Sabão.
- ORGANIZAÇÃO GLOBAL CONTRA AS DESIGUALDADES, 2023. *Not all gaps are created equal: the true value of care work*. [Em linha] [consult. 2025-07-07]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/not-all-gaps-are-created-equal-true-value-care-work>.
- PINHO, F. A., e S. O. MILANI, 2020. Ética em organização do conhecimento: categorização de termos fronteiriços em relação a gênero e sexualidade. *Logeion: Filosofia da Informação*. 6(2), 84-103.
- RIBEIRO, A. R. P., B. DECOURT, e T. ALMEIDA, 2017. A representação do domínio «gênero» no âmbito das linguagens documentárias: um mapeamento conceitual em instrumentos terminológicos. *Informação & Informação*. 22(2), 208-234.

- ROMEIRO, N. L., e F. J. N. SILVEIRA, 2023. Conceituação e hierarquização do termo gênero em tesouros: uma análise pelo viés da interseccionalidade e da decolonialidade. Em: *Anais do XXIII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação – ENANCIB, 6 a 10 de novembro de 2023, Aracaju, SE*. Aracaju, Brasil: ENANCIB.
- SANTOS, B. R. P., E. S. CAMILO, e M. R. G. MELLO, 2018. Big data e inteligência artificial: aspectos éticos e legais mediante teoria crítica. *Complexitas: Revista de Filosofia Temática*. 3(1), 50-60.
- SIMÕES, M. G. M., B. R. BRAVO, e O. PESTANA, 2018. Representação do conceito de mulher na Classificação Decimal Dewey (CDD) e na Classificação Decimal Universal (CDU): duas perspectivas sobre o mesmo conceito? *Liinc em Revista*. 14(2), 152-169.
- SOUSA, B. P., e V. S. TOLENTINO, 2017. Aspectos machistas na organização do conhecimento: a representação da mulher em instrumentos documentários. *Informação & Informação*. 22(2), 166-207.
- SOUZA, R. F., e G. S. SALDANHA, 2017. Parte I – Dossiê organização do conhecimento & gênero – apresentação: dos colóquios de organização do conhecimento ao dossiê organização do conhecimento & gênero. *Informação & Informação*. 22(2), 7-10.
- VITAL, L. P., 2023. Sistemas de organização do conhecimento sobre mulheres e gênero. Em: *Anais do XXIII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação – ENANCIB, 6 a 10 de novembro de 2023, Aracaju, SE*. Aracaju, Brasil: ENANCIB.
- VITAL, L. P., F. A. PINHO, e M. H. SLOMP, 2025. Organização do conhecimento e estudos de gênero na Ciência da Informação brasileira. *Logeion: Filosofia da Informação*. 11(2), 1-21.
- ZUBOFF, S. 2020. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano da nova fronteira do poder*. Rio de Janeiro: Intrínseca.